



Prorrogado por 45 dias o prazo para suspensão de peticionamento eletrônico via e-Proc em processos que tramitam em autos físicos

Conforme decidido pelo Conselho de Administração do Tribunal nesta sexta-feira, dia 19 de junho, o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Cândido Ribeiro, assinou, na mesma data, a Resolução Presi 23, que prorroga por 45 dias o prazo para a suspensão do peticionamento eletrônico, via sistema de transmissão eletrônica, de atos processuais da Primeira Região (e-Proc), em processos que tramitem em autos físicos no Tribunal, nas seções e nas subseções judiciárias da 1ª Região.

A íntegra da Resolução está disponível no Portal do Tribunal, em “Avisos”.

Guia elaborado pelo CNJ orienta tribunais sobre instalação de Cejuscs

As presidências dos tribunais de justiça (TJs) e dos tribunais regionais federais (TRFs) já podem acessar, na página do CNJ (www.cnj.jus.br), o Guia de Conciliação e Mediação: Orientações para implantação de Cejuscs, com parâmetros para o trabalho de servidores e magistrados na implantação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs). O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) elaborou a publicação para facilitar o processo de implantação dessas unidades destinadas ao trabalho de mediação e conciliação, cuja criação está prevista no novo Código de Processo Civil (CPC). A redação da norma seguiu as diretrizes estabelecidas pelo CNJ na Resolução 125/2010.

O novo CPC prevê que todos os tribunais de justiça do país possuam Cejuscs, respeitando determinados padrões de funcionamento. Entre esses princípios está, por exemplo, a obrigatoriedade de participação de conciliadores e de mediadores, devidamente capacitados nas comarcas, assim como a disponibilização de um espaço físico - preferencialmente dentro do Fórum - para facilitar o acesso e o atendimento à população. O guia sugere, ainda, a solicitação de curso de capacitação para servidores nos casos em que o tribunal não possua número suficiente de conciliadores e mediadores. A maior parte dos tribunais tem contado com instrutores formados pelo CNJ para capacitarem mediadores e conciliadores. Além dos passos necessários para implantação dos serviços de atendimento e orientação ao cidadão, o guia do CNJ também traz dicas e boas práticas de tribunais que já instalaram suas unidades. [\[Leia mais\]](#)

Homenagem



SSI Juiz de Fora/MG

A desembargadora federal Mônica Sifuentes, na presidência da segunda sessão ordinária de julgamentos da Câmara Regional Previdenciária de Juiz de Fora/MG, realizada no dia 18 de junho, prestou homenagem à juíza federal Maria Helena Alvim Ribeiro por ocasião de sua aposentadoria, ocorrida naquela data, desejando-lhe votos de felicidades (foto).

Primeiro Encontro das Áreas de Bem-Estar Social das Seccionais e do Tribunal é o tema do Primeiro Região na WEB TV



O programa Primeira Região na WEB TV desta semana apresenta reportagem sobre o 1º Encontro das Áreas de Bem-Estar Social das Seccionais e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que reuniu cerca de 35 servidores, na sede do Tribunal em Brasília, para debater e aperfeiçoar os procedimentos e métodos de trabalho das áreas de benefício social.

O link do programa foi enviado por e-mail a todo o corpo funcional da Primeira Região. Essa e as edições anteriores estão disponíveis, no Portal do Tribunal, em “Comunicação Social/Imprensa/Primeira Região na Web”.